



28 DE MARÇO DE 2020

A economia e o isolamento horizontal

Por Sabino da Silva Porto Júnior, professor do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS

Em uma conversa informal com colegas, disse-lhes que somos iluministas leigos e que não temos respostas sobre o que fazer diante de uma pandemia com essa velocidade de contágio e esse grau de letalidade. Nesse momento, a melhor alternativa é seguir estritamente as orientações e os protocolos propostos por infectologistas, médicos e cientistas. Nossa melhor alternativa, portanto, é o distanciamento social e o isolamento, que devem ser mantidos pelo maior tempo possível.

Essa política, contudo, tem custos econômicos expressivos. Isto nos obriga a avaliar alternativas e escolher a menos danosa dentre elas, ou seja, fazer o que os economistas chamam de escolher o segundo melhor ou ponderar os custos e os benefícios das diversas opções. É verdade que as empresas estão em apuros, que os empreendedores estão sem caixa para cobrir despesas básicas e que serão obrigados, se nada for feito, a demitir funcionários numa escala sem precedentes. Isso afetará a cadeia de produção em cascata. Ao fechar empresas, fornecedores são afetados direta ou indiretamente, impactando de modo dramático na economia do país e dos estados e municípios. Contudo, a opção por flexibilização do isolamento para além das atividades essenciais e o risco de uma explosão de casos de Covid19, com centenas ou milhares de mortes evitáveis, é um absurdo econômico e não deveria ser cogitado. O efeito negativo de um desastre humanitário sobre a economia é profundo e irreversível.

Ao mesmo tempo, não é sustentável um período longo demais de isolamento com tudo fechado. Nem mesmo o mais cauteloso dos infectologistas defende tal medida. Nós, economistas, não sabemos o momento exato para flexibilizar as restrições sanitárias. Sabemos, contudo, que estamos mais longe do que próximos desse momento e que novos surtos podem demandar novas medidas de isolamento depois de um eventual retorno das atividades. Até encontrarmos uma vacina ou tratamento cientificamente efetivo, teremos que conviver com restrições. Hoje, estamos longe de uma saída e os prazos mais otimistas são de 18 meses. Então, devemos avisar clara e objetivamente à população os riscos envolvidos e planejar o fim do isolamento com muita antecedência. A única experiência que conhecemos de período de isolamento total foi de 50 dias, em Wuhan, na China.

Nesse cenário, convém esquecer o virtuosismo fiscal e adotar medidas concretas e urgentes para proteger trabalhadores e empresas. Até esse momento (27/03), estamos batendo cabeça e tomando decisões não coordenadas que ainda dependem de aprovação do Congresso Nacional. Exemplo disso é a política de renda universal parcial de R\$ 600,00 para trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família, cuja logística de implementação não é trivial. Vale o mesmo para as medidas anunciadas de proteção de salários por dois meses. Além de todos os números publicados sobre recursos para a saúde pública. São medidas necessárias, porém tímidas e atrapalhadas, que não seguem uma coordenação e metas claras.

O governo está atrasado e passa a sensação de que há alternativas dentro de uma suposta “normalidade”. Não existem tais alternativas. O momento é de cuidar das pessoas e combater a pandemia. A economia precisa de sinais claros de ação solidária e de maior empatia com os grupos de risco e com todos aqueles que não podem paralisar as atividades essenciais. Ações para proteger a vida e o combate científico à pandemia são o nosso salvo conduto para a prosperidade econômica no futuro. Por fim, é preciso insistir que não é momento para polarizações ideológicas. Não se trata de estar certo ou errado, mas de procurar sair da inércia e acrescentar conteúdo ao debate. As críticas devem ter um caráter construtivo a fim de melhorar os pacotes de incentivos e a rede proteção social para os mais vulneráveis, que são muitos no Brasil. O tempo é de união.

📁 **ANÁLISE: CONJUNTURA NACIONAL E CORONAVÍRUS**

ARTIGO